Medida Provisória nº 1148, de 2022

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.

Explicação da Ementa:

A Medida Provisória prorroga o prazo do crédito presumido e do regime de consolidação previstos, respectivamente, no § 10 do art. 87 e no art. 78 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A medida busca, assim, privilegiar a neutralidade de exportação de capitais de forma a submeter à mesma carga tributária os contribuintes que investem no País ou no exterior.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra

Destino: À promulgação

Último local: 17/10/2025 - Coordenação de Arquivo

Último estado: 14/04/2023 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

10/04/2023

Decisão da Presidência

Ao Plenário

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Marcelo Castro (encerrado em 12/04/2023 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

07/08/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

Recebido em: 2025-10-17 às 14:03 por SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

---

18/04/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Publicado no DCN Páginas 1252-1253 - DCN nº 17

TRAMITAÇÃO

14/04/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.
PROMULGADA. LEI N° 14547 DE 2023.
DOU (Diário Oficial da União) - 14/04/2023 - Seção I - pág. 1.
Promulgada em 13/04/2023.

13/04/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

12/04/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA

Ação: (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12/04/2023)
Proferido pelo Senador Marcelo Castro o Parecer nº 38/2023 – Plen/SF, favorável à Medida Provisória e contrário às Emendas.
Encerrada a discussão.
Aprovados conjuntamente em votação simbólica os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o mérito da Medida Provisória e das Emendas, nos termos do Parecer.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 33-35 - DSF nº 53

Publicado no DSF Páginas 100-105 - DSF nº 53

12/04/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Marcelo Castro por deliberação da matéria.

12/04/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Relatório do Senador Marcelo Castro.

30/03/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.
Designado o Senador Marcelo Castro Relator de Plenário.

30/03/2023 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 31/05/2023. Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2023.

Publicado no DCN Páginas 33 - DCN nº 14

30/03/2023 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela Câmara dos Deputados.
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 74/2023/SGM-P.

TRAMITAÇÃO

30/03/2023 PLEN - Plenário

Ação: Ato n. 12, de 29/03/2023, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 30/03/2023 – Seção 1 – Página 1)

29/03/2023 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pelo Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE).

29/03/2023 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 66/2023, do Congresso Nacional (CN), que encaminha a Medida Provisória nº 1.148/2022 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 29/3/2023 - 13h55 - 37ª Sessão).
Discussão em turno único.
Designado Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE), para proferir Parecer em Plenário à matéria e às Emendas 1 a 4, pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.148, de 2022; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.148, de 2022, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nºs 2 e 4, consideradas inconstitucionais; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.148, de 2022; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1 a 4; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.148, de 2022; e pela rejeição das emendas apresentadas.
Discutiram a Matéria: Dep. Lindbergh Farias (PT-RJ), Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ), Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Dep. Tarcísio Motta (PSOL-RJ) e Dep. Abilio Brunini (PL-MT).
Encerrada a discussão.
O projeto foi emendado. Foi apresentada a Emenda de Plenário nº 1.
Designado Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE), para proferir Parecer à Emenda de Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer à Emenda de Plenário proferido pelo Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.
Encaminharam a Votação da Matéria: Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ), Dep. Merlong Solano (PT-PI) e Dep. Gilson Marques (NOVO-SC).
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Encaminharam a Votação: Dep. Gilson Marques (NOVO-SC) e Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS).
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela inadequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Medida Provisória nº 1.148, de 2022.
Votação da Emenda de Plenário, com parecer pela rejeição.
Rejeitada a Emenda de Plenário nº 1.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE).
A matéria vai ao Senado Federal (MPV 1.148-A/2022).

28/03/2023 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE).

28/03/2023 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

TRAMITAÇÃO

27/03/2023 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

27/03/2023 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 28/03/2023.

27/03/2023 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

25/03/2023 PLEN - Plenário

Ação: Designado Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE)

22/03/2023 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício n. 66/2023, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n° 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.148, de 2022, que "Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação".
Recebida a Mensagem nº 677/2022, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1148/2022.

22/03/2023 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 66, de 22/03/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.148, de 2022.

06/02/2023 CMMPV 1148/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1148, de 2022

Ação: À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

06/02/2023 CMMPV 1148/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1148, de 2022

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 4 emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) 001 Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC) 002; 003; 004.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 09/02/2023.

Publicado no DCN Páginas 162-170 - DCN nº 6

22/12/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À Coordenação de Comissões Mistas (COCM) para recebimento de emendas.

TRAMITAÇÃO

22/12/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 22/12/2022 a 01/04/2023
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 02/02/2023 a 03/02/2023(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2023 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 03/02/2023.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

22/12/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 22/12/2022, na página 19, a Medida Provisória 1148/2022.

Publicado no DOU Páginas 19

DOCUMENTOS

MPV 1148/2022

Data: 22/12/2022

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.

Calendário

Data: 22/12/2022

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 22/12/2022 a 01/04/2023
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 02/02/2023 a 03/02/2023(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2023 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 03/02/2023.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Avulso inicial da matéria

Data: 22/12/2022

Autor: Senado Federal

DOCUMENTOS

Local: null

Descrição/Ementa: -

Quadro Comparativo

Data: 22/12/2022

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 22/12/2022, na página 19, a Medida Provisória 1148/2022.

Descrição/Ementa: Comparação entre o texto original e a legislação alterada.

Nota Técnica

Data: 16/01/2023

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

Descrição/Ementa: NOTA TÉCNICA

EMENDA 1 - MPV 1148/2022

Data: 03/02/2023

Autor: Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação

---

EMENDA 2 - MPV 1148/2022

Data: 03/02/2023

Autor: Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação

---

EMENDA 3 - MPV 1148/2022

Data: 03/02/2023

Autor: Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação

---

EMENDA 4 - MPV 1148/2022

Data: 03/02/2023

Autor: Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1148, de 2022

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação

---

DOCUMENTOS

Avulso de emendas

Data: 06/02/2023
Autor: Senado Federal
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1148, de 2022
Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 4 emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) 001 Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC) 002; 003; 004.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 09/02/2023.
Descrição/Ementa: -

OFCN 66/2023

Data: 22/03/2023
Autor: Presidente do Congresso Nacional
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 66, de 22/03/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n º 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.148, de 2022.
Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória n°1.148, de 2022.

ATCN 12/2023

Data: 22/03/2023
Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Local: null
Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.148 de 2022, pelo período de sessenta dias.

Autógrafo aprovado na

Data: 30/03/2023
Autor: Câmara dos Deputados
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.

Ofício

Data: 30/03/2023
Autor: Câmara dos Deputados
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: Ofício nº 74/2023, que comunica o envio de proposição para apreciação.

Avulso inicial da matéria

Data: 30/03/2023
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.
Designado o Senador Marcelo Castro Relator de Plenário.
Descrição/Ementa: -

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 12/04/2023

Autor: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Marcelo Castro.

Descrição/Ementa: Relatório MPV 1148

P.S 38/2023 - PLEN

Data: 12/04/2023

Autor: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12/04/2023)
Proferido pelo Senador Marcelo Castro o Parecer nº 38/2023 – Plen/SF, favorável à Medida Provisória e contrário às Emendas.
Encerrada a discussão.
Aprovados conjuntamente em votação simbólica os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e o mérito da Medida Provisória e das Emendas, nos termos do Parecer.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 38, de 2023 - Plen/SF

Minuta

Data: 13/04/2023

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

MPCN 23/2023

Data: 18/04/2023

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Presidência da República o autógrafo promulgado da Medida Provisória n° 1.148, de 2022.

OFCN 89/2023

Data: 18/04/2023

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem da Presidência da Mesa do Congresso Nacional participando a promulgação da Medida Provisória n° 1.148, de 2022.

OFCN 90/2023

Data: 18/04/2023

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o autógrafo promulgado da Medida Provisória n° 1.148, de 2022.

Autógrafo - MPV 1148/2022

Data: 18/04/2023

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 89, de 18/04/23, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 23/23, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.547 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 90, de 18/04/23, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.